

---

## 3.2 Oficinas de Diagnóstico

A questão da participação dos usuários no projeto na urbanização de áreas degradadas urbanas tem sido objeto de estudo, de experimentação, de lamentáveis equívocos, bastante simulação e até de cooptação.

A perspectiva de alçar-se a outro patamar de vida urbana propiciada pela urbanização de favelas faz com que esta intervenção se coloque como uma forte motivação comunitária, às vezes amortecida pelo descrédito da população nas iniciativas governamentais. Intervenção geralmente de prazos dilatados - se considerarmos toda a extensão de tempo entre a elaboração do diagnóstico, projeto, contratação e execução das obras - e de grande poder transformador nas condições objetivas de qualidade de vida, abre um grande espaço potencial de evolução da capacidade de mobilização, de organização e de gestão nas comunidades.

Oportunidade de adotar procedimentos que potencializem o papel dos usuários na conformação do seu ambiente e, ainda mais, que contribuam para desenvolver uma maior consciência ante os problemas urbanos, uma postura crítica e um maior nível de exigência em relação à qualidade de vida na cidade. Esta percepção fruto do exercício em processos de urbanização participativos encontra respaldo na teoria do espaço segundo Lefebvre *apud* (Gottdiener, 1993:126):

Para Lefebvre, a transformação da sociedade moderna em sociedade humanista deve ocorrer na forma de uma “revolução urbana” – na forma de uma revolução do *design* espacial organizado em torno da vida cotidiana desalienada - , além da transformação econômica exigida pela maioria dos marxistas.

No pensamento de Lefebvre, a “práxis espacial” é elevada a uma atividade radical ao lado de esforços para reorganizar as relações sociais, e ele sustenta tal perspectiva com uma teoria marxista do espaço. (...) O espaço é ao mesmo tempo o local geográfico da ação e a possibilidade de engajar-se na ação.

A força dos movimentos citadinos sob a forma de associações de vizinhança, especialmente o caso de Madri, é postulada também por Castells (1980) como uma via

---

de transformação revolucionária da sociedade, a despeito das polêmicas controvérsias entre os dois autores (Gottdiener, 1993).

Distante dos fins revolucionários, a praxis tem demonstrado que o engajamento na ação referido por Lefebvre, na nossa realidade não ocorre de forma espontânea, ainda que a própria formação das favelas tenha posto em cheque um dos baluartes da nossa sociedade – a propriedade privada. A participação de uma comunidade ou outro grupo interessado num projeto de desenvolvimento, em grande parte dos casos, tem de ser promovida e estimulada durante todo o processo. O próprio Lefebvre adverte que “um dos problemas mais perturbadores da problemática urbana é a extraordinária passividade das partes interessadas”. Em seguida questiona: “Por que esse silêncio dos ‘usuários’?” (1970:239).

Quem é o usuário? Neste caso, são pessoas que oscilam do regime comum da pobreza ao desamparo da indigência, populações que ocupam duas regiões da vida social, periféricas em relação à zona de integração e que, segundo Castel, (2005:219) “por mais numerosos que possam ser esses indivíduos, (...) sua existência altera pouco a representação de uma sociedade equilibrada, mesmo que tal estabilidade se apóie numa maioria de condições medíocres.” São os fora da ordem da riqueza incluídos apenas no universo da ‘desvantagem’. A alienação política, ainda que não seja exclusiva da *underclass*, é um dos traços mais perversos da exclusão, na medida em que contribui para estratificá-la. A análise de pesquisas sócio-econômicas censitárias<sup>1</sup> aplicadas em inúmeros assentamentos pobres, favelas e loteamentos, objeto de processos de urbanização em cidades de diferentes regiões brasileiras, desvelam essa triste situação de apatia da maioria de sua população, apresentando resultados muito próximos, até mesmo naquelas em que existem grupos organizados. Lideranças e associações formais que exercem o papel de interlocutores com o Estado, não são sequer citadas nas pesquisas pela maioria dos moradores. Estes últimos, por sua vez, não mantêm vínculos com qualquer tipo de associação que representem seus interesses sejam estas comunitárias, de classe, movimentos sociais ou outras. Os

---

<sup>1</sup> Pesquisas sócio-econômicas realizadas pela Diagonal Urbana, a serviço da esfera municipal de governo - São Paulo, Belo Horizonte, Vitória, Recife, Salvador, Santos.

---

percentuais neste quesito incluem uma maioria esmagadora, variando entre 60% e 90%.

Além da apatia geral, na direção contrária das oportunidades compreendidas nos processos de urbanização, surgem outros fatores adversos e quiçá, maquiavélicos, pondo em cena simulacros de processos participativos. Entre eles, os prazos restritos destinados à elaboração de diagnósticos e projetos, geralmente determinados por objetivos políticos menores ou como forma de controle, que não só comprometem a qualidade final do produto projeto. De forma análoga, comprimem o espaço da elaboração e acumulação de importantes conteúdos sócio-educativos básicos que fortaleceriam a capacidade de pressão e de decisão das comunidades ante as perspectivas de transformação do seu habitat. A média dos profissionais à frente do trabalho social “em campo”, para usar o jargão da categoria, também oferece sua contribuição à contracorrente. A mais notável é a ausência de uma base teórica sólida, provavelmente decorrente de deficiências dos cursos de formação. Sem esta base, minimizam-se as capacidades de análise social e tornam-se inócuos os veios sócio-educativos do trabalho, pela superficialidade dos conteúdos e métodos, substituídos na prática por procedimentos mecânicos fora do alcance da reflexão sobre a posição ocupada no espaço social pelas comunidades. A falta de familiaridade com processos analíticos faz dos diagnósticos sócio-organizativos, quando realizados, documentos inconclusos: jogos internos de poder, capacidades comunitárias para galgar o muro da subalternidade, entre outros preciosos insumos para o planejamento do próprio trabalho social, raramente se encontram mapeados com eficiência e precisão. Tudo isso reduz o espaço da participação à sua função de meio dentro do processo e sua finalidade política não se descola dos enunciados de políticas, programas e propostas para plasmar-se no real. Engrossando o movimento contrário, reina a crença de que a participação social como finalidade não pode ser avaliada objetivamente pelos seus efeitos a partir do marco de uma situação inicial encontrada e, ainda, são raros os trabalhos de monitoração avaliação que se atenham à ética da imparcialidade.

Deixemos de lado as posturas românticas e paternalistas que invertem papéis e colocam sob a responsabilidade da população decisões de natureza puramente técnica,

---

em nome da participação no 'desenho da cidade'; esperemos que este ciclo se tenha encerrado.

Os processos participativos associados à urbanização potencialmente poderiam cumprir uma significativa pauta da inserção social no aspecto mais importante, a inserção política, não fosse o tempo roubado ora pela visão simplista, ora pela cobiça eleitoral dos dirigentes municipais com o concurso involuntário das equipes técnicas, cujo empenho não compensa a má nutrição de visão histórica dos processos de organização social. Os resultados são pífios quanto a este aspecto e grandes oportunidades e instrumentos formais de participação são desperdiçados.

Malgrado a perda de oportunidades ímpares, as transformações produzidas pela urbanização das favelas estendem-se, além da dimensão físico-espacial mais visível, sobre comportamentos, hábitos e culturas da população. Representa também uma movimentação no universo social cujo símbolo é o acesso a um bem fundamental: uma moradia mais digna.

As formas assumidas por esta nova moradia podem representar um maior ou menor grau de continuidade com a situação anterior; ou mesmo significar rupturas; e até aberturas reveladoras de novos enunciados para o habitar.

Em qualquer medida, a apropriação do novo ambiente ao padrão cultural de cada grupo requer aprendizagem de ambas as partes envolvidas: técnicos e comunidades. A permuta de conhecimento é a forma através da qual, padrões de comportamento que constituem a equipagem cultural tradicional da população podem ser percebidos e registrados como variável do problema. Formas de participação com melhor qualidade de informação, tanto no diagnóstico como nas demais evoluções do projeto, agregam conteúdos que podem ser enfeixados em guias técnico-comunitários cujas coordenadas gozem da precisão e da objetividade que as tornem aptas a plasmar-se no *design*. Ainda assim, o processo de transição e ajustamento às novas condições de vida requer pontos de apoio e orientação que a população não tem meios para mobilizar, demandando a continuidade do trabalho sócio-educativo para além da esfera do projeto.

---

A participação da comunidade no diagnóstico urbanístico é parte do corpo da metodologia, como veremos a seguir, em espaços previamente definidos: espaço de contribuição ao acervo de informações – oficinas de diagnóstico, pesquisa censitária, pesquisa qualitativa; de acesso à informação sistematizada – devolução do diagnóstico à comunidade.

Diante do quadro que acabamos de delinear as oficinas de diagnóstico prendem-se a objetivos bem modestos, contudo, exeqüíveis. São oficinas de trabalho estruturadas, com pequenos grupos comunitários<sup>2</sup>, nas quais se busca explorar, de forma ordenada, o conhecimento vivencial dos moradores sobre os problemas urbano-ambientais que os afeta diretamente no cotidiano ou em eventos marcantes. A escolha das pessoas que formam os grupos obedece à critérios previamente definidos: diferentes localizações dentro do assentamento; capacidade de percepção dos problemas de forma coletiva e, memória acumulada das diferentes fases do processo de ocupação e consolidação do assentamento. As reuniões não são abertas a qualquer pessoa, os participantes recebem convites individualizados. As discussões obedecem à mesma estrutura temática que orienta os estudos urbanístico-ambientais. Reunidas em torno de uma mesa sobre a qual se estende a base cartográfica<sup>3</sup> as pessoas são convidadas a localizar no mapa suas próprias moradias. Em seguida narram e inscrevem na base seus percursos cotidianos, introduzindo-se assim o tema da acessibilidade e da direção dos fluxos mais intensos, localizando os entraves e dificuldades. A partir do primeiro tema, os demais vão despontando naturalmente na discussão que não aborda demandas e sim problemas e potencialidades. Cada tema, além de ser enunciado pela pessoa que conduz a reunião é colocado numa cartela que permanece sobre a mesa enquanto dure a sua exploração. As mudanças de um tema a outro são precedidas de consulta ao grupo que se pronuncia sobre a cobertura do assunto e, geralmente, a seqüência é determinada pelo rumo que toma o debate. Os membros das comunidades registram suas contribuições nos mapas, ou seja, as informações são territorializadas. Exploram-se também as dúvidas, os temores e preocupações relacionadas ao processo de urbanização que povoam a mente dos

---

<sup>2</sup> Não mais de vinte pessoas

<sup>3</sup> aerofoto com o registro dos nomes das ruas e principais e referências espaciais

---

moradores. Ao final, os moradores são convidados à acrescentar aspectos não englobados pela estrutura temática. A oficina se encerra com a leitura dos principais depoimentos sobre cada tema, incluindo aqueles trazidos pelo grupo. Todo material produzido passa por registro cartográfico e relatorial. As sessões de trabalho duram cerca de quatro horas e, portanto, exigem dos participantes, comunidade e corpo técnico, um grande esforço de concentração. Para sua realização é necessário contar com três técnicos experientes: um para provocar e conduzir a discussão, outro para mediar, um terceiro para fazer o registro das falas mais importantes. As oficinas produzem material informativo precioso para a condução de todos os estudos técnicos, incluindo a formulação do programa de necessidades das intervenções. O mesmo exercício é reproduzido com grupos cujo tipo de trabalho os aproxima das vivências comunitárias. Os agentes de saúde, por exemplo, no caso de Paraisópolis. Tanto em Paraisópolis como no Sector Casa realizou-se uma oficina de diagnóstico por setor espacial. Em cada uma delas, os temas adquirem perspectivas diferenciadas a partir da ótica dos participantes. Na favela, o aspecto mais marcante foi o registro da percepção de risco, cuja natureza sofreu mudanças de acordo com o setor onde se realizava o evento.

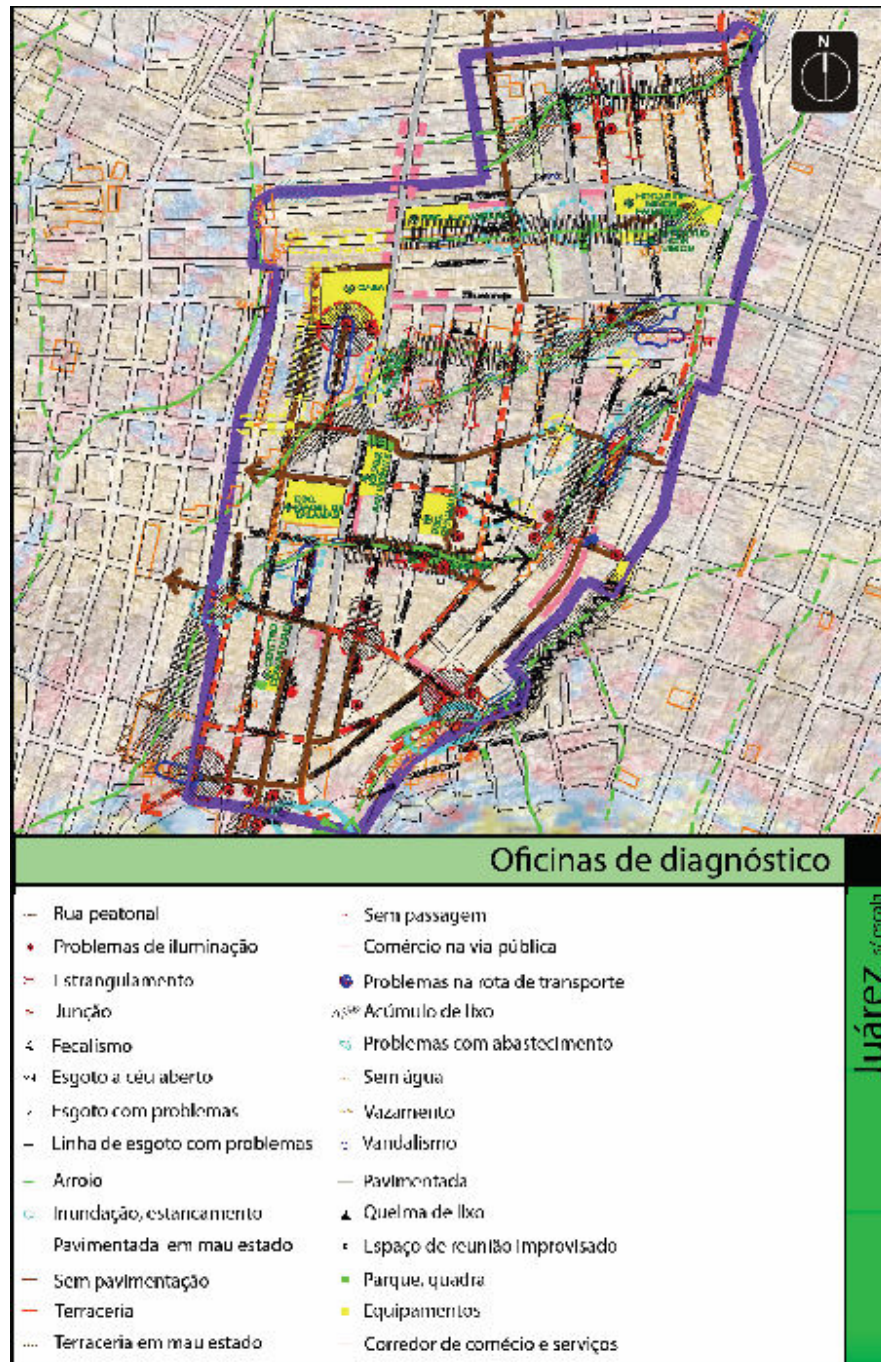
A contrapartida ao movimento das oficinas é a ‘devolução do diagnóstico’ à comunidade. Este processo cumpre a função de alimentar os grupos comunitários de um nível de informação sistematizada e analisada sobre sua própria realidade sócio-espacial e, ao mesmo tempo, colher seus posicionamentos diante dos problemas e potenciais que lhes são apresentados. Até então, a experiência tem demonstrado que os grupos são mais eficazes no processo participativo quando conhecem os temas em debate e os meios adequados para conseguir seus objetivos. A ‘devolução’ acontece quando o processo de diagnóstico atinge o estágio de síntese, assunto do próximo capítulo. A síntese a que nos referimos implica no desmembramento do território pela natureza e intensidade dos problemas e potenciais acumulados na estrutura espacial, o que equivale a definir recortes territoriais por características homogêneas e diretrizes de intervenção correspondentes a cada grupo de setores similares.

---

A apresentação segue o roteiro: temas, sínteses, diretrizes. O debate faz emergir dificuldades, resistências, temores, pré-condições e conflitos internos entre os grupos e até propostas em termos gerais. O registro do evento constitui uma nova entrada de subsídios para a elaboração do programa de necessidades e decisões projetuais. Também cumpre o papel de *input* para a reorganização do processo participativo em outras bases, sejam estas territoriais ou por grupos de interesses comuns, como é o caso daqueles sujeitos às futuras remoções. A coerência interna dos grupos é um processo a ser construído, a partir deste ponto, em torno do reconhecimento de problemas e objetivos comuns, bem como da definição coletiva da solução para seus problemas. A fibra que se desdobra nos grupos na fase posterior à devolução é a da consciência. Consciência de que há correspondência entre os objetivos que perseguem e a eficácia do mecanismo de participação para consegui-lo.

Em Paraisópolis a 'devolução', no primeiro estágio, tomou forma de seminário fechado com oito horas de duração, no qual tomaram parte, lideranças e representantes de entidades comunitárias e não-governamentais locais, os grupos das oficinas de diagnóstico, representantes do poder público municipal e a equipe técnica do projeto. Moradores e personalidades locais reagrupadas em ambientes diferentes tomaram conhecimento de toda a informação produzida, apresentada com recursos gráficos de linguagem apropriada: mapas e desenhos coloridos e carregados de símbolos claramente identificáveis, impressos ou projetados.

Cada subgrupo elaborou uma pauta de pontos para discussão que, por sua vez, foi levada à plenária para o debate com o grupo de dirigentes municipais que, na ocasião, tomou posição e assumiu compromissos com a comunidade. No *Sector Casa* o movimento foi semelhante, com menor correspondência dos moradores, cujo estágio de apatia e descrença explicou uma menor reação à mobilização. A seguir, os mapas síntese das Oficinas de Diagnóstico de Paraisópolis e do *Sector Casa*.



Fonte: IMIP – Instituto Municipal de Investigación y Planeación. 2000.  
Sem escala.